

O Congresso e as reformas

A partir de amanhã, com o início dos trabalhos da legislatura recém-empossada, a atenção da opinião pública estará voltada para o Congresso Nacional, onde chegarão as propostas de emendas constitucionais que o governo Fernando Henrique Cardoso prometeu ao País, para a sua modernização econômica e administrativa, além do objetivo maior de se acelerar as medidas necessárias à justiça social.

O Presidente e os ministros debateram, no último fim de semana, os ajustes finais nos projetos de reformas. Antes, eles foram objeto de reuniões com partidos e lideranças políticas, no intuito de esclarecer dúvidas e de definir as linhas mestras pretendidas pela nova administração federal. Os diversos segmentos da sociedade, por sua vez, estão participando ativamente dessas discussões, como o prova, dentre outros fatos, o encontro das maiores centrais sindicais com o Presidente da República e ministros de Estado, agendado para hoje em Brasília.

É o Congresso Nacional fórum privilegiado para que os projetos de emendas constitucionais ganhem não só a legalidade imprescindível mas, ainda, a legitimidade indispensável. Representantes da sociedade e da Federação, a Câmara dos Deputados e o Senado da República são chamados a uma tarefa de importância fundamental para os destinos do Brasil. O Congresso não poderá faltar a esse compromisso que foi aprovado pelo povo brasileiro nas urnas de outubro e

de novembro do ano passado. A abertura da economia, a privatização de estatais, a racionalização da Previdência Social são medidas básicas para que a Nação reencontre, de vez, o caminho da prosperidade econômica, do pleno emprego, da modernidade, enfim, de uma sociedade justa e afinada com os padrões internacionais de cultura deste final de século XX.

Não se esperam milagres. Nem os projetos a serem remetidos pelo Executivo serão perfeitos e irretocáveis e nem os congressistas nada têm a oferecer às reformas. Ao contrário, realisticamente é justo esperar por propostas imperfeitas e até falhas, da mesma forma que o Legislativo, tão representativo da diversidade do próprio País, tem muito a oferecer para o seu aperfeiçoamento e consolidação.

É preciso, entretanto, que o patriotismo fale mais alto e que eventuais interesses contrariados — especialmente se de cartéis econômicos ou de instituições corporativistas do Estado — não sejam obstáculos à discussão e à votação das reformas reclamadas pelo Brasil ao texto constitucional de 1988. O Executivo, respaldado pelo apoio popular expresso nas urnas, dará a partida. Ao Legislativo está reservado a missão de parceira e de aperfeiçoadora da nossa Constituição Federal, numa jornada histórica que ambos os poderes devem seguir juntos para a modernização do Estado brasileiro.